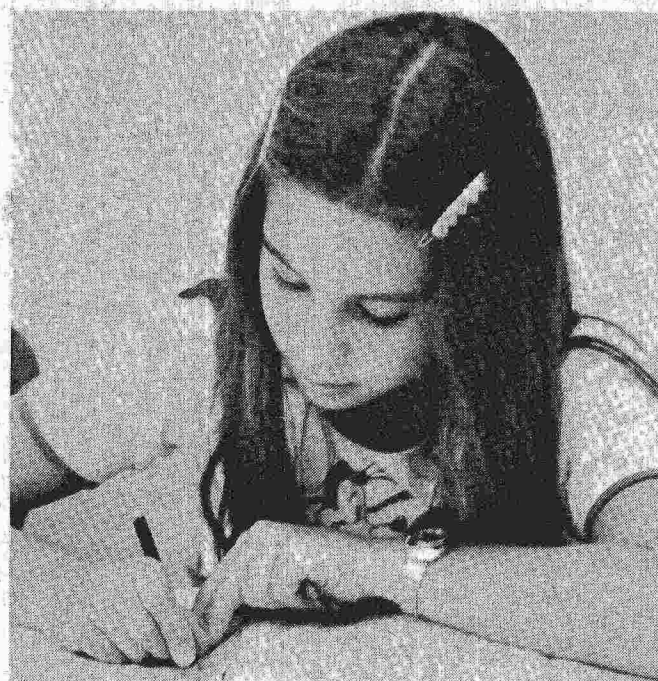




TODOS QUEREM ESTUDAR MAS HÁ CARÊNCIA DE MESTRES

Brasília, em seus 14 anos de existência registra, hoje, o maior índice de estudantes proporcionalmente à sua população. Já há alguns anos que mantém esta liderança. Dois fatores primordiais concorreram para o fenômeno: o próprio Plano-Piloto, com escolas projetadas dentro das próprias superquadras, e as de ensino médio espalhadas inclusive pelas cidades-satélites; o outro fator, foi a gratuidade do ensino e do elevado número de pessoas que, dada à própria estrutura da cidade encontrava facilidade de locomoção e acesso ao ensino.

Em janeiro de 1973, o Distrito Federal, de posse das matrículas nos três graus de ensino, registrava que quatro entre 10 habitantes freqüentavam escolas, ou seja: 256.474 alunos, representando 40,2 por cento da população brasileira.

Cerca de 3,1 por cento da população cursa o ensino superior, com 19.665 alunos — isto ainda em 1973, taxa considerada a mais elevada do Brasil, sendo que somente a Universidade de Brasília contava com 9.102 alunos. O Ceub congregava 8.483 alunos, a UDF 2.575, e a UPIS 505.

Excluindo o ensino superior, a matrícula de 237.082 alunos, cobria 88 por cento da rede oficial (209.082), e 12 por cento da rede particular (27.770). No ensino de 1º. e 2º. graus e supletivo, os 209.312 alunos da rede oficial abrangem 33 por cento da população.

No 1º. grau (e remanescentes do curso ginásial) a rede oficial possui 93 por cento da matrícula, enquanto que a particular, 7 por cento. No 2º. grau a rede oficial conta com 83 por cento dos alunos e a particular com 17 por cento. No ensino especial há 77 por cento dos alunos nas escolas oficiais.

Pelas próprias diretrizes da Secretaria de Educação e Cultura, o ensino anterior ao 1º. grau deverá ser desenvolvido pela área particular (maternal, jardim de infância e pré-primário), deixando, assim, 38 por cento da matrícula nesta faixa com o Governo, enquanto a rede particular, minoritária até dois anos atrás, hoje está com 62 por cento dos alunos. Entretanto, o crescimento da cidade e a construção de novas superquadras vem provocando sério colapso na matrícula de criança para o jardim de infância e pré-primário e mesmo primário, visto que as escolas das Superquadras estão, em sua maioria, mantendo três turnos para atender a demanda sempre crescente de alunos residentes na própria quadra.

Além das instituições que mantêm cursos da estrutura regular, há outras agências de ensino, tais como a Escola de Música da Fundação Educacional do DF, ensino de idiomas por entidades altamente credenciadas, como a Aliança Francesa, Cultura Britânica, Casa Thomas Jefferson, cursos preparatórios para exames de maturidade e supletivo, escolas de datilografia, de artes, de técnicas integradas do lar, etc.

Destaque-se ainda a atuação do Ceteb, Senac, SESC, Senai, Pimpo, etc. na área de profissionalização e cursos de valorização social.

O Distrito Federal iniciou em 1972 o regime instituído pela Lei 6.692/71 de acordo com o Plano Prévio. Segundo o Plano de Implantação e de acordo com o modelo adotado, em 1972, o 1º. grau funcionou da 1ª. a 6ª. série e com classes especiais de 7ª. série; em 1973 funcionou da 1ª. a 7ª. com classes da 8ª. série; este ano, 1974, dar-se-á a implantação plena. O 2º. grau atingirá este ano da 1ª. a 3ª. série já ocorrendo a formação profissionalizante de habilitação de menores.

Obedecendo à legislação anterior a rede oficial terá em 1974 apenas as 4as. séries do antigo ginásial e colegial.

Em dezembro de 1969 havia 984 salas de aulas do complexo SEC-FEDF. Em dezembro de 1973 atingiu 2.428.

PROBLEMAS, LUTAS, REASCENÇÃO

Nestes 14 anos, a educação do Distrito Federal evoluiu muito no aspecto quantitativo nos seus vários graus de

ensino, chegando a receber a alcunha de "capital da educação". Em seu aspecto qualitativo, entretanto, houve uma retração, que variou de um extremo a outro, ou seja, de escolas proclamadas modelos a uma verdadeira crise configurada pela má formação do aluno. Falta de professores nas escolas, falta de carteiras, prédios, etc.

Na opinião de autoridades ligadas à educação o mal de tudo isto era o fato de esta cidade ter sido forjada sob a égide das concessões. Na luta pela transferência dos funcionários e primeiros habitantes, muitas concessões e benefícios foram concedidos como atrativos da nova capital.

No ensino, a gratuidade das escolas — por imposição de crescimento desenfreado, o magistério passou a se constituir um "bico" a mais, complemento de salários melhores em outras atividades. Tudo isto contribuindo para a regressão do ensino.

O des controle do custo de vida afastou os alunos das escolas particulares, sobrecarregando a demanda em direção à rede oficial, que se viu premida pelo clamor popular: mais vagas, e conseqüentemente mais professores, mais escolas, mais despesas. E o ritmo de crescimento demográfico e econômico aumentou mais e mais, não permitindo o seu acompanhamento pelo organismo governamental.

O ano de 1973 foi o quadro mais elucidativo de todo este processo de depredação do organismo educacional. Mas foi também o ano em que se pôde concluir todo o levantamento de uma situação impossível de se sustentar. Tão impossível que todas as informações sobre a crise foram vedadas a quem quer que fosse: imprensa, estudantes, etc.

Mas os objetos desta crise — alunos e professores — colocados em situações em que atentavam contra seus direitos por inúmeras vezes vieram aos jornais denunciar a sua insegurança.

A crise no ensino médio e fundamental era uma só: falta de professor, medidas arbitrárias para "costurar" alguns pontos, o descontentamento de professores mal pagos e alunos mal preparados.

Em 74, já empossados os novos governantes, a crise não perdeu o seu lugar no cenário do dia-a-dia. Mil alunos em Sobradinho sem aulas, mais de 300 em Taguatinga, e outros tantos nas mais de 200 escolas-classe do DF, totaliza 18 mil alunos sem aulas, segundo levantamento determinado (ainda este semana) pelo Embaixador Wladimir Murtinho, novo titular da Secretaria.

Por outro lado, escolas avariadas sem oferecer o mínimo de segurança e condições de funcionamento atestam a situação que chega a ser calamitosa.

No ensino médio a situação não destoa muito, tendo colégios como o Ceteb, o Elefante Branco e o CIB (antigo Ciem) — outrora modelos que o DF ostentava orgulhosamente — se sustentam a força de persistência e muito sacrifício.

Mas o ano de 74 parece ser o portal de outra era. Logo ao assumir, o Secretário Wladimir Murtinho age diretamente sobre os problemas que assolam a sua área. Não agradando de imediato, tão desencontrados são os interesses dos envolvidos, mas agindo com calma e sobriedade, para transformar Brasília no que ela é de fato: "uma Capital da Educação".

No ensino superior, Brasília conta agora com cinco escolas: a Universidade de Brasília, a UDF, o Ceub, a UPIS e instalada recentemente a UBEC. De todas, a UnB tem a história mais cheia de colorido de facetas. Depois de um período conturbado, sofrendo as ameaças de deficiências no ensino, de êxodo de professores e descontentamento dos alunos, parece agora iniciar uma nova fase de sua existência. Apesar dos precalços nunca deixou de contribuir com o MEC na implantação da reforma de ensino, elaborando modelos educacionais e administrativos, dando relevada contribuição para o processo de reconstrução nacional. As outras escolas, mais novas, se integraram nesta nova realidade nacional.

A partir deste ano, segundo declarou o próprio Ministro da Educação em entrevista com o Governador Elmo Serejo e o Secretário Wladimir Murtinho, não se poderá nunca descuidar da qualidade de nossa educação que deverá ter como atributo a formação cultural e tecnológica de nosso povo.

